

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADE	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA
<p><b>Associação Portuguesa de Imprensa (API)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ João Palmeiro - Presidente da Direção da API</li> <li>➤ Vítor Brás - Vice-Presidente da Direção da API</li> <li>➤ Paulo Ribeiro - Presidente da Direção da Associação de Imprensa de Inspiração Cristã</li> <li>➤ Vanessa Silvestre - Assessora da Direção da API</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ António Topa</li> <li>➤ Bruno Dias</li> <li>➤ Hugo Costa</li> <li>➤ João Gonçalves Pereira</li> <li>➤ José Luís Ferreira</li> <li>➤ Pedro Coimbra</li> <li>➤ André Pinotes Batista</li> <li>➤ Carlos Silva</li> <li>➤ Cristina Mendes da Silva</li> <li>➤ Duarte Marques</li> <li>➤ Emídio Guerreiro</li> <li>➤ Filipe Pacheco</li> <li>➤ Isabel Lopes</li> <li>➤ Jorge Paulo Oliveira</li> <li>➤ Jorge Salgueiro Mendes</li> <li>➤ Márcia Passos</li> <li>➤ Maria Manuel Rola</li> <li>➤ Nuno Fazenda</li> <li>➤ Paulo Moniz</li> <li>➤ Sofia Matos</li> </ul>	<p>20 de outubro de 2020</p> <p><a href="#">Gravação</a></p>
Exposição de Motivos	Questões colocadas pelos Deputados	
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ O Presidente da Direção da API, Senhor João Palmeiro, começou por agradecer a marcação da audiência solicitada pela API, assinalando a caducidade, em 31 de dezembro de 2020, do contrato de</li> </ul>	<p><b>Jorge Mendes (PSD)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Após agradecer a presença da API, foi referido que a imprensa regional e local faz</li> </ul>	

## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

<p>concessão e, conseqüentemente, do contrato específico de jornais e publicações periódicas que o Estado tem com os CTT - Correios de Portugal, S.A. e estes têm com a API, sendo ao abrigo desse contrato que os jornais e revistas periódicas podem ser distribuídos ao domicílio pelo valor que hoje se conhece.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ A API teve já oportunidade de partilhar os seus objetivos e receios com o Senhor Secretário de Estado que tutela a área dos <i>media</i> que, apesar de ter demonstrado interesse sobre o assunto em causa, revelou não ter muito mais informação sobre o ponto de situação da celebração de um novo contrato de concessão para além daquela que a API já dispõe.</li><li>➤ Nos últimos meses a API respondeu a 3 consultas públicas da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), as quais consubstanciam a base para a celebração de um novo contrato de concessão.</li><li>➤ Contudo, apesar de nas referidas consultas a API ter expresso as suas preocupações, a API tem-se apercebido que algumas das medidas propostas são, a seu ver, preocupantes, na medida em que passam, nomeadamente, pela distribuição de revistas e jornais periódicos através do serviço postal apenas em alguns locais do território nacional, pela cobrança de valores disparemos consoante os locais de distribuição, não havendo, por isso, um valor único para todo o território, bem como pela fixação de critérios de qualidade que não tenham de ver com a forma de entrega dos periódicos.</li><li>➤ Assim, corre-se o risco de no dia 1 de janeiro de 2020 os CTT expedirem jornais e revistas sem que se saiba, exatamente, o preço do respetivo envio.</li><li>➤ Mais se referiu que está em causa um contrato de honra para com os leitores, assinantes de publicações periódicas, que pagaram a</li></ul>	<p>parte da génese dos portugueses, tendo sido manifestada solidariedade relativamente às preocupações expressas, reconhecendo-se a quebra de receitas nos últimos anos dos jornais locais e regionais que muito dependem, em larga medida, da publicidade, da publicação de editais de obras e dos obituários.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ No âmbito dos fundos europeus existe alguma margem para apoiar financeiramente a atividade.</li><li>➤ O GP PSD defende a continuidade da concessão a privados, desde que se acautele a qualidade dos serviços, não podendo, em qualquer caso, o porte pago e a forma de distribuição dos periódicos regredir face aos padrões atuais.</li></ul> <p><b>Hugo Costa (PS)</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Saudada a API, foi referido que para o GP PS o trabalho dos jornais locais e da imprensa regional é de extrema importância para a coesão territorial, para informar a população, bem como para promover as pequenas localidades.</li><li>➤ Foi mencionado que a pandemia Covid-19 agravou as dificuldades económicas já sentidas por muitos jornais e revistas tendo, especialmente, em consideração que se verificou uma redução da publicidade, fonte de financiamento de muitos jornais.</li><li>➤ Após ter sido defendida a necessidade de ser assegurada a qualidade dos serviços, foram colocadas as seguintes questões:<ul style="list-style-type: none"><li>i) Qual o estado da entrega dos jornais e revistas periódicas?</li><li>ii) As revistas e jornais têm chegado aos seus assinantes muito depois da data da sua disponibilização ao público?</li></ul></li><li>➤ O GP PS está atento a este assunto, defendendo que o serviço seja realizado com qualidade.</li><li>➤ Por fim, foi sublinhado o bom trabalho que tem vindo a ser realizado pelos jornais mesmo em tempos de pandemia.</li></ul>
---	--

## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

assinatura de jornais e revistas periódicas e que, por isso, têm a expectativa de pagarem o mesmo preço durante a vigência do serviço contratado.

- De seguida, pelo Presidente da Direção da Associação de Imprensa de Inspiração Cristã, Senhor Paulo Ribeiro, foi assinalada a necessidade de o Estado acautelar o contrato de concessão sob pena de haver um aumento da despesa pública a partir do dia 31 de dezembro de 2020, na medida em que o Estado comparticipa 40% do valor do porte pago, incidindo a comparticipação sobre o preço base.
- A distribuição nacional dos jornais regionais é essencial para garantir o equilíbrio de receitas dos mesmos numa era cada vez mais digital. É o produto em papel que continua a gerar receitas para que tais periódicos continuem a subsistir no mercado.
- A coesão territorial e a subsistência dos jornais regionais serão postas em causa na eventualidade de o contrato de concessão, agora em vigor, não ser renovado.
- Por fim, assinalou-se a inexistência de entidades ou serviços alternativos que possam assegurar a distribuição nacional de revistas periódicas e de jornais regionais pelos seus subscritores.

### **Maria Manuel Rola (BE)**

- Após agradecer à API as informações prestadas, foi referido que o GP BE tem acompanhado a situação, partilhando as preocupações demonstradas.
- A importância da imprensa regional e local é indiscutível para o GP BE não só pela sua proximidade, inclusão e combate à solidão da população, mas também por ser uma vertente de apoio social, incitando à pluralidade e proximidade.
- De igual modo, o decréscimo da qualidade dos serviços prestados pelos CTT também está a ser acompanhada com preocupação pelo GP BE, o qual defende a passagem do setor para o domínio público.
- Por fim, foram suscitadas as seguintes questões:
  - (i) Que problemas devem ser acautelados no futuro contrato?
  - (ii) Quais os problemas que poderão advir da manutenção do contrato nas bases que em que o mesmo assenta atualmente?
  - (iii) Que cláusulas devem ser mantidas?

### **Bruno Dias (PCP)**

- Depois de agradecer as informações divulgadas pela API na audiência, mencionou-se que estas matérias têm sido pouco discutidas na Assembleia da República, afirmando-se que o ponto fulcral é o de saber como estão e vão ser feitas as expedições deste pilar imprescindível do serviço postal que são as publicações periódicas.
- Foi solicitado à API que disponibilizasse à Comissão a [síntese da resposta das associações à consulta pública da ANACOM relativa à prestação do serviço postal universal após o termo da atual concessão](#), caso a API entendesse adequado.
- Foi questionado o ponto de situação das negociações para a renovação do contrato

## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

	<p>de concessão, nomeadamente, junto da Presidência do Conselho de Ministros.</p> <p><b>João Gonçalves Pereira (CDS-PP)</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Após agradecer a presença dos representantes da API, foi referido que o GP CDS-PP é sensível a vários dos argumentos apresentados, nomeadamente, quanto às dificuldades que a imprensa regional atravessa e as consequências resultantes do prazo excessivo de distribuição e entrega de jornais e revistas.</li><li>➤ Deve existir um contrato de concessão que seja fiscalizado. As obrigações de serviço público, a qualidade do serviço prestado, o preço, etc. devem ser alvo de uma ação concreta por parte do Governo e da autoridade reguladora.</li><li>➤ Foi manifestado interesse na documentação solicitada à API pelo PCP.</li><li>➤ Após a discussão do Orçamento de Estado, o GP CDS-PP entende que deverá ser ouvido quer o Membro do Governo responsável pela matéria em causa, como a ANACOM no âmbito do assunto em discussão.</li><li>➤ As obrigações de serviço público têm de ser impreterivelmente cumpridas, não podendo as mesmas deixar de figurar no contrato.</li></ul>
<b>Pretensões</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Chamar a atenção para o término de vigência do contrato de concessão do serviço postal universal e, conseqüentemente, do contrato específico de jornais e publicações periódicas, bem como alertar para as consequências daí resultantes.</li></ul>	
<b>Respostas às questões dos Deputados:</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Pelo Senhor João Palmeiro foi assinalado que o tempo urge para a resolução do assunto em causa. A API, os CTT e a Presidência do Conselho de Ministros levam, normalmente, cerca de 2 a 2 meses e meio a negociar este tipo de contratos de concessão, tempo esse que, neste momento, se referiu não existir.</li><li>➤ Este serviço é utilizado por cerca de 900 publicações, tendo cada uma delas um contrato próprio (contrato de avença) que caduca quando o contrato</li></ul>	

## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

específico de jornais e publicações periódicas deixar de produzir efeitos, isto é, a partir de 31 de dezembro de 2020.

- Questionou-se como poderão ser enviados os jornais para os seus destinatários a partir da data de término do contrato, na medida em que, mesmo que se mantenha tudo inalterado, a partir no dia 1 de janeiro o valor dos portes do correio aumenta exponencialmente.
- Os cerca de 60 milhões de exemplares anualmente distribuídos representam cerca de 80% das tiragens da maior parte dos jornais. Com o fim do contrato, cerca de 1 milhão e 500 mil assinantes deixarão de receber as publicações que subscreveram.
- Estes jornais desempenham um papel único, nomeadamente, ao nível da necrologia. As publicações científicas de investigadores portugueses são, na grande maioria das vezes, publicadas nestes jornais os quais, por sua vez, não podem deixar de ser publicados sob pena de os trabalhos científicos ficarem facilmente desatualizados.
- Pelo Senhor Paulo Ribeiro foi referido que o serviço de correios não tem operado corretamente, havendo quinzenários a demorar cerca de 15 dias a chegarem aos seus destinatários, o que significa que, quando estes chegam ao destino, esses jornais já se encontram inteiramente desatualizados.
- Neste momento, os CTT não têm interesse em distribuir a imprensa regional. No entanto, não cabe à API pronunciar-se sobre quem deve assegurar a tutela dos CTT, o que lhe cabe é pugnar e garantir que o contrato de concessão acautela e estabelece medidas concretas para as situações em que se verifique o incumprimento reiterado dos prazos de entrega e distribuição dos jornais.
- Há jornais e revistas que estão a fechar a redação para impressão 24 horas antes do tempo, para que o mesmo possa ser distribuído aos seus assinantes em tempo útil, de modo a que os assinantes possam ter a falsa sensação de que estão a receber o jornal atualizado à última hora, o que não é verdade.
- Esta situação está a ter grandes consequências, nomeadamente ao nível da credibilidade dos jornais, na medida em que os assinantes julgam que os atrasos são imputáveis ao jornal, e não aos correios, como de facto acontece, o que provoca uma quebra acentuada de assinaturas, bem como a degradação do serviço postal.
- Defende-se que no futuro possa haver uma atuação mais rápida para poder repor os problemas que existem ao nível da distribuição postal.
- A descapitalização das empresas é de tal forma que, a partir de 31 de dezembro de 2020, há jornais que não vão conseguir expedir os seus jornais por não conseguirem fazer face a esse aumento exponencial de custos, pelo que esta matéria tem de ser acautelada.

Deputado Pedro Coimbra  
Vice-Presidente da Comissão